

O POVOADO PRÉ-HISTÓRICO DA SALA Nº 1

(PEDRÓGÃO, VIDIGUEIRA):

NOTAS SOBRE A CAMPANHA 1(88)

Victor S. Gonçalves ()*

1. comentário prévio;
2. natureza e tipo das ameaças que pesam sobre o sítio;
3. estratégia da intervenção;
4. meios técnicos e apoios;
5. a delimitação da área arqueológica;
6. os *loci* 1 a 4;
7. os materiais de superfície: um primeiro comentário;
8. a limpeza de um plano vertical no *locus* 1;
9. algumas considerações sobre o espólio recolhido no *locus* 1;
10. breve discussão geral e conclusões;
11. Apêndice: datações ¹⁴C para a sequência estratigráfica identificada no *locus* 1 (face Este do Corte 1).

1. COMENTÁRIO PRÉVIO

Identificada por Manuel Calado em 1987, no âmbito de um levantamento arqueológico que abrangeu os concelhos de Vidigueira e Portel, e que se dirigia prioritariamente a monumentos e sítios do Neolítico e Idade dos Metais, a área da Sala nº 1 cedo se revelou à UNIARQ, a par do Monte da Mangancha, como das mais interessantes. Esse interesse tinha a ver com a natureza do espólio recolhido à superfície, com a extensão dos sítios e com a estratégia da sua implantação.

Os vestígios de ocupação da Sala nº 1 estendem-se do topo de um cabeço com a altitude de 129m. (que regista já considerável densidade de achados) pelo menos 50 metros em direcção a Pedrógão do Alentejo. Na direcção oposta, distribui-se a sua área principal, tendo sido verificadas elevadas densidades específicas de achados superficiais quase até ao Guadiana. Esta área dispõe-se em grandioso anfiteatro, com cerca de 600 metros de largo.

A localização em função do rio é, pois, preponderante, sendo as prováveis áreas de actividade a Norte do Cerro de menor significado aparente.

A dispersão dos blocos de granito (e o Guadiana) tornam este sítio de grande impacto paisagístico. A sua extensão e a qualidade dos artefactos recolhidos, à superfície e nas diversas áreas atingidas por violações recentes, permitem colocar este povoado entre os mais importantes do Sul de Portugal. Tal caracterização poderia ser intuitivamente considerada excessiva, particularmente num País em que se sobrevalorizam frequentemente, por sistema e vício, os lugares a que os arqueólogos se ligam de uma ou outra forma. Mas, no caso em análise, tal preconceito deve ser cuidadosamente afastado: a Sala nº 1 forneceu muitas centenas de artefactos, estando nela muito bem representados o que, por convenção tácita, se vem designando por “Neolítico final”, o Calcolítico “do Sul” e ainda o “Bronze final”, não faltando (ainda que neste momento representada por um único exemplar) a cerâmica com motivos “campaniformes” incisos.

A esmagadora maioria do espólio aponta, porém, uma ocupação maciça do sítio ao longo da primeira metade do terceiro milénio.

(*) Director da UNIARQ (Unidade de Arqueologia). INIC. Centro de História. Faculdade de Letras. 1699 Lisboa Codex.

Contrariamente ao que se poderia supor, se tivémos presentes outros sítios do Sul também de grandes dimensões, o povoamento não parece encontrar-se disperso por núcleos isolados. Pelo menos é o que se pode deduzir das recolhas de superfície e do seu contexto natural. Os *loci* que adiante se especificarão foram assim designados por comodidade de referência, tratando-se normalmente de áreas onde se verificaram explorações locais de granito, em extensão, pelo que a densidade das recolhas foi maior. A tal ponto maior que, nesses sítios, usaram os prospectores trocadilhos de campo significativos: prospectar *debalde* essas áreas não significava buscas infrutíferas, mas antes que, pelo muito que se encontrava, cada prospector transportava um balde para guardar os materiais que ia recolhendo. O que explica o elevado número dos registos de superfície.

2. NATUREZA E TIPO DAS AMEAÇAS QUE PESAM SOBRE O SÍTIO

O sítio pré-histórico da Sala nº 1 tem vindo a ser progressivamente destruído por uma exploração ilegal, não registada, de granito. Tal exploração, de início artesanal, hoje ocasionalmente com recurso a um compressor de grande porte, *danifica irreversivelmente uma paisagem de grande beleza e destrói completamente os níveis arqueológicos*. As destruições são ainda consideravelmente superiores aos resultados práticos, uma vez que, para localizar os filões de granito de qualidade, é necessário fazer sondagens a eito, todas elas traduzidas em danos irreparáveis para o sítio. Recolhemos nos lugares de essas sondagens centenas de fragmentos cerâmicos e constatámos destruições totais, mesmo nas áreas posteriormente não aproveitadas para extracção da pedra. Quando bom granito foi localizado, as destruições foram acompanhadas pela evacuação das terras sobrejacentes, criando-se em diversos locais verdadeiras estratigrafias invertidas. É o caso do *locus* de S. Cornelho (*locus* 3), na sua área poente, e dos *loci* 2 e 4.

As destruições provocadas pela exploração de pedra ameaçam, portanto, não apenas algumas partes do povoado *mas a sua totalidade*.

A Unidade de Arqueologia alertou para estes factos e suas consequências a Câmara Municipal de Vidigueira, a Junta de Freguesia de Pedrógão, o Serviço Regional de Arqueologia do Sul e o Departamento de Arqueologia do IPPC.

Como alguém disse, não somos os donos do planeta, mas tão só os seus temporários intendentés: as nossas responsabilidades impõem que todos os esforços sejam mobilizados para impedir a mutilação de uma paisagem esplêndida e de um dos mais importantes sítios do Concelho da Vidigueira e, porque não dizê-lo?, do Sul de Portugal.

3. ESTRATÉGIA DA INTERVENÇÃO

Estando a intervenção onerada à partida por diversas deslocações de reconhecimento, em que se definiram fundamentações para o requerer de uma escavação “de emergência” (independentemente de a Sala nº 1 estar incluída na calendarização do programa PEESAP), havia que gerir cautelosamente os fundos obtidos para esta primeira acção extensa. A estas limitações financeiras juntavam-se as logísticas e meteorológicas (o bloco principal desta intervenção decorreu em meados de Outubro, prolongando-se em períodos curtos de Novembro e Dezembro, com chuvas esparsas, aguaceiros e, eventualmente, boas abertas).

Decidi, assim, intervir num único local, o designado *locus* 1, não na perspectiva de uma intervenção clássica (em termos da UNIARQ, entenda-se) mas com a intenção de, regularizando na vertical uma extensa área de violação (10 metros de recorte irregular), se obter leitura e registo de uma possível estratigrafia. Paralelamente a este trabalho, decorreriam reconhecimentos de terreno.

Resumem-se assim os objectivos exclusivamente arqueológicos desta campanha, os dois primeiros em sincronia cronológica, o terceiro decorrendo deles:

1. recolha de materiais de superfície, para delimitação de áreas;
2. limpeza e escavação de um corte, em periferia de área violada;
3. diagnose geral das situações e nova programação para trabalhos futuros.

4. MEIOS TÉCNICOS E APOIOS

A escavação foi aprovada pelo IPPC e a autorização comunicada ao responsável em Outubro de 1988. A única condicionante foi prontamente ultrapassada pela formalização, por escrito, da autorização da Junta de Freguesia de Pedrógão do Alentejo.

O equipamento de terreno foi o habitualmente utilizado nas intervenções da equipa ALPHA 1 da UNIARQ. Nas deslocações de Novembro e Dezembro, houve recurso à viatura todo-o-terreno da Faculdade de Letras de Lisboa.

Uma particular referência deverá ser feita à Câmara Municipal de Vidigueira e ao seu Presidente. Não apenas autorizou a instalação da equipa na residência escolar de Vila de Frades, a cujo Presidente de Junta de Freguesia também se agradece, como subsidiou integralmente a primeira fase dos trabalhos, reatando a excelente colaboração que se verificara aquando das sondagens no Monte da Mangancha. Espera-se agora que este apoio se prolongue e se amplie na intervenção prevista para Julho/Agosto de 1989.

A equipa de terreno integrou colaboradores da UNIARQ, Manuel Calado, Teresa Simões, Margarida Ataíde, Maria José Sequeira, todos do Curso de História, Variante de Arqueologia, da Faculdade de Letras de Lisboa. Nas deslocações de Novembro/Dezembro colaboraram outros alunos com a mesma proveniência. A dra. Paula Amendoeira participou esporadicamente nas prospecções e escavação.

Um agradecimento caloroso deve ser registado para com o dr. Fernando Real, Director do Departamento de Arqueologia do IPPC, pelos esforços que fez para que se ultrapassassem injustificáveis impasses e se acudisse sem demora a este sítio ameaçado. A concessão de uma pequena verba, do fundo de emergências, veio a permitir que o programado se cumprisse integralmente.

5. A DELIMITAÇÃO DA ÁREA ARQUEOLÓGICA

Na Sala nº 1, a topografia do terreno impossibilita obviamente, uma ocupação contínua do espaço, entendida no seu sentido mais estrito (veja-se a Carta Militar de Portugal, fl. 511, de 1962). Ainda assim, haverá que sondar o topo do cerro para que se esclareçam as circunstâncias locais. Na encosta, o acidentado do solo é condicionante, sobretudo os afloramentos e blocos de granito que emergem na paisagem. Restará saber se foram ou não intencionalmente utilizados, como abrigo ou apoios de abrigo, e ainda com outras finalidades, como é o caso da rocha de S. Cornelho, onde em época indeterminada se escavaram degraus, dando acesso a um nicho. Mas, como já se disse, na área em que se detectaram vestígios arqueológicos foi possível verificar uma distribuição bastante regular dos artefactos, particularmente dos cerâmicos e dos sobre seixo.

Por comodidade, e na actual ausência de um levantamento topográfico do sítio, designaram-se como *loci* numerados os principais núcleos de artefactos registados. Mas não deve esta designação ser tomada noutro sentido que aquele que lhe atribuímos: tanto no *locus* de S. Cornelho como nos restantes, esta concentração devia-se claramente à remoção de terra pelos trabalhos de pedreira e à sua lavagem pelas primeiras chuvas do ano.

A extensão da ocupação pré-histórica da Sala nº 1 implicou, naturalmente, que os seus habitantes deixassem traços da sua passagem para além da área efectivamente ocupada. Só escavações sistemáticas poderão, pois, esclarecer definitivamente a delimitação do sítio. Os dormentes e seixos afeiçoados recolhidos junto à antiga lixeira de Pedrógão poderão, muito provavelmente, traduzir mais uma ocupação esporádica que arrastos, incompreensíveis àquela distância.

O sítio arqueológico da Sala nº 1 compreende:

1. o cerro sobranceiro ao Guadiana, logo a Norte da "Azenha da Aldeia". Trata-se certamente de um terraço, origem da excelente matéria prima usada nas indústrias sobre seixo comuns no povoado;
2. a sua encosta norte e área limítrofe, até à lixeira velha;
3. extensa área em anfiteatro, estendendo-se desde o topo do cerro até ao Guadiana. A delimitação de esta área faz-se por ravinas naturais, não se tendo detectado, até ao momento, qualquer fortificação;
4. um abrigo natural, incluído na última das áreas referidas, designado pela população como *Sala nº 1*. Não apresenta, à superfície, sinais de ocupação arqueológica. Daqui houve nome, por extensão, o sítio e o povoado;
5. a «Toca da Galeana», um abrigo entre rocha, e a área envolvente. A Toca da Galeana encontra-se na margem oposta do Guadiana, mas a proximidade e natureza dos vestígios identificados torna praticamente impossível que não exista estreita ligação, ou mesmo dependência, em relação ao povoamento da Sala nº 1.

6. OS *LOCI* 1 A 4 E O TOPO DO CERRO

6.1. O *locus* 1

Foi denominada *locus* 1 uma das áreas de exploração da pedra com frentes de fractura recente. Nesse lugar, onde se encontravam, curiosamente dispostos em semi-círculo, 7 recipientes de ferro, esmaltados de azul sarapintado, providos de uma única asa e noutros tempos designados por “vasos de noite”, tinham tido lugar diversas intervenções:

1. recolhas por Manuel Calado e o seu grupo de aprendizagem em desenho arqueológico da Vidigueira (Abril/Julho de 1987);
2. prospecções já com elementos da UNIARQ (Abril, Setembro de 1987);
3. início de uma limpeza sumária de uma frente ampla pela técnica de arqueologia da Câmara Municipal de Vidigueira (Dezembro de 1987).

A quase totalidade do espólio resultante das acções não conduzidas pela UNIARQ foi recuperada, encontrando-se no Centro de História em estudo, devendo posteriormente (tal como o restante material), recolher à Vidigueira. À técnica municipal de arqueologia agradece-se a entrega, para estudo, dos artefactos recolhidos em Dezembro.

A situação no *locus* 1 recomendava-o à partida para uma intervenção exploratória, consideradas: (1) a sua acessibilidade; (2) a previsível densidade de artefactos, tomando em conta as recolhas referidas; (3) a provável existência de estratigrafia preservada; (4) uma localização favorável dentro da generalidade do sítio.

6.2. o *locus* 2

Foi assim designado um lugar específico junto ao qual se encontra instalado um abrigo temporário, de planta rectangular, 4 postes aos ângulos e cobertura mista (vegetal e plástica). Aqui se acolhe, da chuva e do sol, o canteiro de Pedrógão que vem explorando o granito (ao tempo da intervenção, decorria o afeiçãoamento de paralelepípedos, para estradas, e dos umbrais para o Lar da 3ª idade de Pedrógão). Aqui, a exploração de pedra atingiu uma área extremamente rica em artefactos, destruindo-a quase completamente (ver fotos). O próprio pedreiro confirmou indirectamente a riqueza da área, ao referir ter visto sair da terra “... grandes bocados de tachos e panelas” e “... muitas pedras”. É provável que estas últimas tenham pertencido a estruturas arrasadas.

6.3. o *locus* de S. Cornelho (*locus* 3)

Tem como centro o rochedo de forma peculiar, onde se identificaram degraus na rocha (tipo estribo) que permitem a subida e instalação de um indivíduo adulto num nicho aberto no granito.

Para além das cerâmicas do terceiro milénio, o *locus* de S. Cornelho forneceu espólio da Idade do Bronze, mais especificamente um conjunto cerâmico atribuível à fase “final” daquele período.

As fortes chuvas de Outubro lavaram o solo e carrearam sedimentos superficiais, pelo que foi possível recolher uma quantidade apreciável de cerâmicas.

6.4. o *locus* 4

Situado perto do *locus* 1, corresponde talvez a uma das mais antigas explorações de pedra identificadas, pelo que o número de artefactos recolhidos foi o menor dos quatro *loci*.

6.5. o topo do cerro

Coincidindo muito provavelmente com uma das fases de ocupação do sítio, se não com todas, o topo do cerro oferece uma extensa área susceptível de ser utilizada e, mesmo, facilmente fortificável.

Não é impossível que tenha sido paleolítica a sua primeira utilização, tratando-se de um terraço fluvial, se se confirmar que artefactos daquele período foram reaproveitados por neolíticos e calcolíticos que, provavelmente, continuavam a talhar seixos. Teríamos assim um caso semelhante ao registado em Tichitt, para outro tipo de artefactos.

Do topo do cerro provém elevada percentagem (para estes contextos) de cerâmica decorada, incluindo alguma com motivos simbólicos e um fragmento com decoração “campaniforme” incisa, bem como diversos seixos afeiçãoados.

7. OS MATERIAIS DE SUPERFÍCIE: UM PRIMEIRO COMENTÁRIO

Num quadro em que se sumariassem os materiais arqueológicos recolhidos na Sala nº 1, tornar-se-ia evidente que os melhores representados se refeririam à ocupação do terceiro milénio (em anos de ¹⁴C não calibrados). No Corte 1 do *locus* 1, esses artefactos representam mesmo a totalidade, não tendo sido aí detectados, até à data, quaisquer conjuntos anteriores ou posteriores. De qualquer forma, esta asserção foi confirmada pelas datações ¹⁴C já obtidas para os níveis do Corte 1 (ver 11: *Apêndice*).

Para a generalidade do povoado, a amostra mínima de materiais da Idade do Bronze não tem o seu contexto específico muito nítido, uma vez que foi quase toda recolhida em área fortemente afectada pelas razões já enumeradas e, ainda, pela passagem diária de vários fatos de cabras.

As primeiras anotações sobre a Sala nº 1 registavam a grande abundância de espólio, muitas centenas de bordos de recipientes cerâmicos, bastantes seixos afeiçoados e alguma pedra polida extremamente bem conservada. Escasseava apenas, em contraste com a Mangancha, a pedra lascada; os artefactos metálicos e os traços de actividade metalúrgica estavam ausentes.

Tal abundância de informação evidenciava a importância do sítio, mas também, e infelizmente, o seu grau de destruição. O facto de surgirem misturadas formas de cerâmicas recentemente consideradas típicas de dois períodos em sequência, a taça carenada e o prato de bordo espessado *interna e externamente* (dito “almendrado”) poderia perfeitamente traduzir as violações e subsequentes dissociações dos conjuntos artefactuais. Tal explicação poderia ser corroborada pelas cerâmicas da Idade do Bronze. O mesmo parecia lícito supor dos pesos de tear, aparecendo nas recolhas quase todos os tipos conhecidos e ainda alguns outros, muito provavelmente inéditos. Apenas ausentes as formas de faces quadrangulares e rectangulares, espessas, próprias das penínsulas de Lisboa e Setúbal.

Se a escavação empreendida ao regularizar o Corte 1 veio reposicionar de forma extremamente interessante esta situação, como veremos, a panorâmica geral não foi alterada; o espólio de superfície define um extenso povoado do 3º milénio, destruído em áreas definidas, mas muito provavelmente bem conservado noutras, a ponto de se justificar largamente uma atenta e prolongada intervenção.

8. A LIMPEZA DE UM PLANO VERTICAL NO *LOCUS* 1

O *locus* 1, devido à exploração do granito, oferecia o aspecto geral de uma cratera. Os bordos esboroavam-se e eram mascarados por derrubes e pedras removidas artificialmente de um seu provável contexto.

Esta irregularidade era, porém, fácil de reconverter numa área de leitura possível, a Oeste, Norte e Este da depressão. A Sul, a remoção de pedra tinha sido mais intensa e expusera definitivamente rocha que já aflorava anteriormente. Decidi, assim, prevendo a continuidade futura dos trabalhos, operar de acordo com a malha de quadrícula que costumo usar em escavações desta época (2 x 2 m.) e preparar uma frente de desenvolvimento possível que privilegiasse uma progressão para Norte e Este. A quadrícula da área em questão ficou compreendida entre as coordenadas de sector C a H e 21 a 27. Acautelava-se assim o desenvolvimento Sul/Norte e precaviam-se as mais que prováveis intervenções em direcção a Este e Oeste. A coordenada numérica desenvolve-se de 280 para 80^m e a alfabética de 180 para 380^m.

Basicamente, poderíamos falar na remoção do que restava dos seguintes quadrados:

G. 22. a 25 (inclusive)

C. a G. 26 (inclusive)

A regularização de verticais explica o facto de, particularmente na face Este do Corte, se terem efectuado registos de quadrados não escavados, uma vez a face Oeste da coordenada 27 ter ficado exposta, por escavação.

Os artefactos recolhidos no *locus* 1 têm registos diferenciados que será útil ter presente na descodificação das referências individuais dos artefactos.

Enumeram-se as possibilidades:

SLI Lcl 1987

(assinala artefactos recolhidos em 1987 no *locus* 1)

SLI Lcl 1988

(idem em 1988)

SLI Lcl E ou *SLI Lcl N*. [seguidos de data enunciada segundo a norma europeia]

(assinala artefactos recolhidos durante a limpeza das superfícies parcialmente destruídas, para construção de planos verticais de leitura, respectivamente na face Este e Norte do Corte)

SLI Lcl E. [ou *N*.] 1 a 6 dentro de triângulo, seguido da data

(registra, em artefactos recolhidos nas mesmas circunstâncias dos anteriores, o nível estratigráfico já identificado).

A partir da última intervenção de 1988, os artefactos passam a ser registados segundo as normas que sempre usei em escavações regulares. Assim, *SLI Lcl G. 26-17* refere o artefacto nº 17 a ser recolhido no quadrado G. 26 do *locus* 1 do sítio da Sala nº 1.

Na maior parte da área exposta aquando do início dos trabalhos, derrubes e violações sucessivas impediam uma qualquer leitura. Ela só viria a ser possível, com nitidez, a partir de 88.11.30, data em que

terminaram as remoções de terras revolvidas e foi finalmente possível planejar uma quadriculagem adequada ao registo pretendido. A fiabilidade da sequência está garantida e é possível recuperar informação sobre artefactos cujo contexto de recolha foi controlado. A face Oeste de G. 27 ofereceu uma leitura através de uma espessura local de 2.40 m., tendo sido identificados 7 níveis (de 0 a 6), podendo os dois últimos revestir-se, provavelmente, de um só significado.

Se, como se viu, na face Norte e Oeste do Corte a potência estratigráfica nunca ultrapassava 1 m (oscilando nesta última de um máximo de 70 cm até 40 cm medidos no ponto médio) e eram três os níveis identificados, à muito maior espessura dos solos arqueológicos corresponderia aqui, naturalmente, uma sequência estratigráfica mais extensa e complexa, nem sempre simples de interpretar. A seguinte:

Nível 0

Terra solta, com pedras esparsas, geralmente de pequena dimensão; o nível formou-se a partir da acumulação de terras sobre o solo superficial, aquando da exploração de pedra. Quase ausente das faces Norte e Oeste do Corte, era de espessura considerável em E. D. C./26.27.

Se bem que, teoricamente, devesse incluir artefactos provenientes de todos os outros níveis deverá registar-se que raros são os vestígios arqueológicos recolhidos neste sector na coordenada G. Na coordenada 26, verifica-se escassez em F. e G. mas a situação altera-se em E. e D., onde existiam alguns componentes de mós manuais, para além de cerâmicas diversas.

Cor Munsell 10YR 7/3, castanho muito claro (*very pale brown*).

Nível 1

Inclui os restos da antiga manta morta, agora quase completamente absorvida pelos sedimentos que a envolveram.

Praticamente sem vestígios arqueológicos.

Cor 10YR 6/3, castanho claro (*pale brown*).

Nível 2

Contém estruturas (provavelmente habitacionais) e os seus derrubes. Parece distinguirem-se três, claramente diferenciadas, mas de interpretação específica impossível nesta fase da pesquisa. Em E. e D. 26., os níveis 1 e 2 são de destriça difícil (e o nível 0 parece confundir-se com eles).

Abundante material arqueológico.

Cor 10YR 6/2, cinzento acastanhado claro (*light brownish gray*).

Nível 3

Solos extremamente compactos, com abundantes restos de fauna, cerâmica e instrumentos. Na face Oeste de F. 27., detectaram-se abundantes restos de combustão que dão a este nível, neste sítio específico, duas cores próximas: (1) 2.5YR2/0, negro (*black*); (2) 2. 3/0, cinzento muito escuro (*very dark grey*). A existência no Corte de pedras com traços de fogo intenso torna altamente provável que se trate de uma área de combustão estruturada. Todas as terras retiradas foram transportadas para o laboratório, com vista a lavagens de precisão em bateria de crivos calibrados.

O nível 3, subjacente a algumas estruturas pétreas e seus derrubes, reveste-se de grande interesse pelo espólio que revelou, nomeadamente artefactos relacionados com o sagrado e importantes testemunhos de ritos mágico-religiosos. Em dois lugares específicos, muito bem delimitados, o nível é assinalado por uma completa ausência de materiais arqueológicos. Poderia eventualmente tratar-se de áreas não utilizadas ou de lugares ocupados por estruturas de materiais perecíveis, integralmente desaparecidas.

Nível 4

É constituído por uma camada com 20 cm máximos de espessura de argila de revestimentos ("barro de cabanas"), não sendo ainda claro tratar-se em todos os casos de derrubes de paredes ou de um "chão". Eventualmente presentes noutras faces do Corte, é na face Oeste da coordenada 27. que se observa um agrupamento significativo, traduzindo a queda de uma estrutura provavelmente similar às de Santa Justa, no Alto Algarve Oriental. É sobre este derrube, algum tempo depois de ele ter ocorrido, que começou a funcionar a estrutura de combustão referida a propósito do nível 3.

Cor dominante nas superfícies de fractura: 2.5YR 6/8, amarelo avermelhado (*reddish yellow*).

Níveis 5 e 6

De difícil destriça entre si, são constituídos por terras finas, pulverulentas, soltas, aparentemente incluindo elevadas percentagens de cinzas. Abundantes cerâmicas, restos de fauna e artefactos líticos,

incluindo seixos talhados. Os dois níveis distinguem-se apenas pela ligeira tonalidade rósea do segundo deles. O Nível 5 foi classificado, quanto à cor, como 10YR 7/1, cinzento ligeiro (*light grey*) e o 6 como 10YR 7/2, cor e matiz com nome idêntico aos anteriores.

Foi inicialmente admitido que tal acumulação de cinzas pudesse corresponder ao esvaziamento da estrutura de combustão identificada, mas o prosseguimento da escavação evidenciou a completa impossibilidade de esta hipótese. Com efeito, não só existe uma clara separação entre os níveis 3 e 4 como a estrutura de combustão está separada do derrube de barro de cabana por uma camada fina, traduzindo a passagem de um certo lapso de tempo entre o derrube e o início de funcionamento da área de combustão.

Esta sequência, numa leitura interpretativa alargada à totalidade da área observável após limpeza, poderia ser interpretada de acordo com mais de uma possibilidade, no que se refere às unidades 2 a 4 e 5 e 6.

Seguindo a leitura A, cada unidade referenciada na sequência detectada na face Oeste da coordenada 27 (equivalente à face Este do Corte) teria existência autónoma e seria equivalente às unidades com o mesmo número identificadas nas restantes faces. A inexistência das unidades 4 a 6 nas faces Norte e Oeste corresponderia a diversidades de utilização do espaço, mais frequentado numa área que nas restantes, o que está longe de ser impossível e é, naturalmente, provável.

De acordo com a segunda leitura (B), o fenómeno de derrube da cabana que se traduziu na formação de um nível específico, com densidades variáveis, deve ser integrado numa única "fase" da ocupação do sítio.

Segunda a última possibilidade (C), o fenómeno do derrube da cabana só é rigorosamente legível num sector delimitado e justifica individualização, enquanto as unidades 5 e 6 resultam de um mesmo fenómeno de evacuação ou acumulação de cinzas.

A	B	C
[0]	[0]	[0]
[1]	[1]	[1]
2	2	2
3	3 e 4	3
4		
5	5 (ou 5 e 6)	4
6	6	5 e 6

A informação acumulada permite-me propor, como mais plausível, a seguinte correspondência entre fases prováveis de ocupação pré-histórica e unidades de análise estratigráfica, entendendo-se a numeração daquelas como crescendo do mais antigo para o mais recente:

- Fase 1: níveis 6, 5 e 4 (construção);
- Fase 2: nível 4 (destruição - seguida de abandono);
- Fase 3: nível 3 (englobando a fogueira estruturada);
- Fase 4: nível 2.

No entanto, deveremos ter em linha de conta que só a escavação das estruturas visíveis nas faces Norte e Este do Corte poderá esclarecer "definitivamente" esta complexa sequência.

9. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESPÓLIO RECOLHIDO NO LOCUS 1

Algumas observações podem já ser avançadas sobre o espólio em estudo.

No locus 1, existem pratos de bordo espessado *em todos os níveis detectados*. Mas as taças carenadas não parecem ser tão numerosas nos níveis 6 e 5, ao contrário dos recipientes mamilados, bem presentes a partir do nível 5, com robustos exemplares sobre formas fechadas (esféricos altos). As taças carenadas encontram-se bem representadas no nível 3 e encontram-se também no 2, ainda que em percentagens por computar.

As manifestações do sagrado concentram-se no nível 3, um nível que seríamos tentados a chamar de "millarensis", se a designação fosse mais útil do que parece estar a tornar-se.

São os seguintes os artefactos que podem associar-se ao sub-sistema de que falamos:

1. "ídolos de cornos", um dos quais com particularidades morfológicas inéditas. Provêm dos níveis 5 e 2;

2. um pé, em terracota, com dedos "múltiplos". Poderia pertencer a uma figura antropomórfica, com 30/40 cm de altura possível, ou mesmo a uma figura zoomórfica, de um teromorfo. Não é segura a sua atribuição estratigráfica por ser proveniente de uma área afectada por revolvimentos recentes. O nível 3 poderia, eventualmente, ser o seu ponto de origem;

3. duas figurinhas masculinas, em terracota, de pequenas dimensões. A sua interpretação será discutida noutra lugar. Nível 3;

4. fragmentos cerâmicos referentes a diversos recipientes. Um deles, apresenta uma figuração da Deusa Mãe calcolítica, com algum ineditismo porque os dois olhos, em forma de sol, estão separados por um nariz similar a um mamilo vertical alongado. As duas narinas estão indicadas e a boca claramente representada, em relevo, tal como o queixo, bem como as "pinturas" ou "tatuagens" faciais.

Outros fragmentos apresentam os típicos componentes da simbólica. Nível 3;

5. pequenos fragmentos de placas de xisto com decoração geométrica e uma, inteira, por gravar. Nível 3;

6. falanges desbastadas e polidas (mas sem motivos simbólicos gravados). Nível 3.

A indústria lítica é assinalada por:

1. abundância de seixos talhados, muitos com o chamado talhe languedocense;

2. relativa escassez da indústria sobre lâminas;

3. abundância de pedra polida (machados, sobretudo).

O osso está representado por instrumentos perfurantes e por alguns de extremidade espatulada.

A actividade metalúrgica está resumida a um duvidoso cadinho (fragmentado) e a um pequeno fragmento de escória de fundição, este proveniente do nível 5. Mas como um *locus* não são *loci*, e a escavação se processou em área reduzida, não deveria, normalmente, esta raridade ser majorizada. No entanto, a abundância de artefactos de todos os tipos incita à reflexão no que a este facto diz respeito.

10. BREVE DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

Será a ocupação do *locus* 1 do sítio da Sala nº 1 exclusivamente calcolítica?

Estaremos perante um sítio ocupado no Neolítico "final" e no Calcolítico, em sequência não interrompida?

A abundância de fauna e as datações ¹⁴C possíveis serão, eventualmente, de alguma ajuda mas, na realidade, só a continuação dos trabalhos o poderá esclarecer. E se me inclino para a segunda das duas hipóteses, a primeira não me parece de recusar *ab ovo*, redefinidos que sejam os conceitos. Ponto importante, a tomar em devida conta, é o da identificação de um "ídolo de cornos" no nível 5 e de outro no nível 2, situação que, a confirmar-se por outros achados, poderia permitir a aceitação de um período de duração para estes artefactos idêntico ao das placas de xisto com decoração geométrica. O que é dizer, segundo a minha proposta, na segunda metade do quarto milénio e na primeira do terceiro, em anos de calendário.

Noutra direcção, o que se pode desde já afirmar é que nos encontramos perante um sítio ameaçado e condenado a destruição irreversível, se as entidades competentes, inicialmente tão desinteressadas da sua sorte, se não decidirem a actuar. Óbvio parece também o facto de se tratar de um povoado de excepcional importância, por si próprio e pela leitura espacial possível (se tomarmos em conta a sua mais que provável associação a S. Lourenço e ao Outeiro das Sepulturas).

Vidigueira/Lisboa, Inverno de 1988

Victor S. Gonçalves

11. APÊNDICE

Datações ¹⁴C para a sequência estratigráfica identificada no locus 1, na face Este do Corte 1.

Já em Maio de 1989, foi possível dispor das primeiras datações ¹⁴C para a sequência estratigráfica registada na face Este do Corte efectuado como regularização do *locus* 1.

Essas datas, conseguidas ao abrigo do programa de datações patrocinado pelo Departamento de Arqueologia do IPPC, foram efectuadas no LNETI, sendo de registar vivos agradecimentos ao Prof. Doutor Peixoto Cabral e ao Eng.º Monge Soares pela rapidez da sua execução.

Divulgamo-las, de seguida, com um breve comentário, ainda que preliminar, à sua possível interpretação.

1. *datas convencionais de ^{14}C*

ICEN 444: 4490± 100 BP (fauna, proveniente do nível 6)
 ICEN 445: 4490± 80 BP (fauna, proveniente do nível 5)
 ICEN 447: 4490± 110 BP (fauna, proveniente do nível 4)
 ICEN 448: 4140± 110 BP (fauna, proveniente do nível 3)

2. *datas calibradas com uma probabilidade de 1 sigma**.

ICEN 444: 3360 - 2938 cal AC
 ICEN 445: 3348 - 3036 cal AC
 ICEN 447: 3360 - 2930 cal AC
 ICEN 448: 2900 - 2510 cal AC

3. *datas calibradas com uma probabilidade de 2 sigmas.*

ICEN 444: 3502 - 2910 cal AC
 ICEN 445: 3491 - 2920 cal AC
 ICEN 447: 3510 - 2910 cal AC
 ICEN 448: 3018 - 2460 cal AC

(*) O Laboratório usou, para calibração, a curva de Pearson *et al.* (*Radiocarbon*, 28 (2B), 1986, pp. 911-934)

COMENTÁRIO ÀS DATAÇÕES

A primeira conclusão que se pode avançar com elevado grau de fiabilidade diz respeito à definição de parâmetros cronológicos para a ocupação pré-histórica da sequência em apreço.

Assim, parece não restar dúvidas que a ocupação se inicia, em anos de calendário, na segunda metade do quarto milénio, prolongando-se pela primeira metade do terceiro.

A segunda conclusão seria o aparente confirmar da observação arqueológica de um provável lapso de tempo entre o derrube estruturado legível na face Este do Corte (nível 4) e a ocupação que se lhe segue (nível 3). Como se escreveu, é no nível 3 que encontramos um conjunto de artefactos com características muito específicas, a nível da simbólica, indicando, aparentemente, o aparecimento local de componentes bem conhecidos em sítios calcolíticos como Santa Justa, no Alto Algarve Oriental, e contemporâneos de um amplo movimento de contactos interregionais. Entre eles, as falanges afeiçãoadas, a cerâmica com decoração simbólica. Mas não se deve ler aqui mais do que realmente se escreveu. Não parece ainda clara qualquer ruptura com uma «tradição» anterior, apenas se registam, para além dos componentes anteriormente verificados, outros, que indiciam alargamento de contactos ou chegada de novos elementos.

Não querendo antecipar o que apenas a prossecução dos trabalhos evidenciará, não posso, porém, deixar de sublinhar o facto de placas de xisto surgirem aqui datadas, em anos de calendário, e com uma probabilidade de dois sigmas, entre 3018 e 2460 antes da nossa era, claramente na primeira metade do terceiro milénio e numa cronologia que é compatível com o Calcolítico. Tive oportunidade de escrever noutra sítio (Gonçalves, 1980: 58) que as placas com decoração geométrica com olhos em forma de sol indicavam contactos entre as «novas» populações calcolíticas e as que fabricavam «tradicionalmente» placas com decoração geométrica. Assim sendo, e se se confirmarem as datas obtidas, a fabricação do conhecido artefacto ideotécnico seria um fenómeno ainda comum na primeira metade do terceiro milénio. Outros contextos ensinam-nos que muito dificilmente o poderíamos fazer recuar muito para além da segunda metade do quarto. Tal informação é, apesar dos seus largos parâmetros, algo de extremamente importante. Datas complementares para o Cabeço do Pé da Erra (onde no único nível calcolítico existente se talharam placas) e para o enterramento da Cova das Lapas (em que um dos mortos foi inumado com uma placa ao peito) poderão ser, neste contexto, de ainda maior importância. A data já disponível para a Cova das Lapas (ICEN - 463) confirma que a utilização votiva das placas com decoração geométrica é já um facto na segunda metade do quarto milénio. Com efeito, a data obtida ($4\,550 \pm 60$ BP), fornece uma calibração a um sigma de 3 365 - 3 106 cal. AC e a dois sigmas de 3 497 - 3 041 cal. AC, o que vem confirmar a afirmação que anteriormente emitimos.

Seria interessante saber se a aparição, nas placas de xisto com decoração geométrica e em ídolos falange e cilíndricos tipo Moncarapacho, de olhos em forma de sol tem apenas a ver com uma alteração estilística da representação ou assinala o aparecimento de novos conceitos ou ideologias, em que uma nova leitura «astronómica» poderia jogar um importante papel. Ainda é cedo para definirmos o grau de inovação que isto poderia eventualmente representar mas, indiscutivelmente, estamos perante situações que convém analisar com precaução, o que não é dizer com timidez ou liminar recusa.

As designações tradicionais de Neolítico, *médio e final*, bem como a de Calcolítico *inicial*, começam agora a perder algum do sentido que porventura tiveram (Gonçalves, 1989, Caps. 2, 7 e 8). Tudo indica que ganhando, eventualmente, outro, ainda que seja, talvez, demasiado cedo para os conceitos estabilizarem.

Esperamos que novas datas venham confirmar as obtidas e esclarecer alguns dos muitos pontos em aberto.

Uma última observação respeita às correlações entre as datas agora obtidas e algumas das já disponíveis para o Sul Peninsular.

A este respeito, existe texto recente (Gonçalves, 1989, cap. 6), pelo que apenas se sublinhará a extrema proximidade da data obtida para o nível 3 do locus 1 com as de outros sítios (em anos de ^{14}C) e a nítida anterioridade da data obtida para o nível 4:

Sala n.º 1, n. 4:	4490	±	110	BP	(ICEN-447)
Sala n.º 1, n. 3:	4140	±	110	BP	(ICEN-448)
Los Millares:	4295	±	85	BP	(H-204)
Almizaraque:	4150	±	120	BP	(KN-73)
El Tarajal:	4110	±	50	BP	(CSIC-228)
Zambujal:	4140	±	90	BP	(GrN-7664)
Monte da Tumba:	4180	±	30	BP	(ICEN-117)
Santa Justa:	4100	±	140	BP	(UGRA-91)

Ainda que os desvios-padrão sejam distintos, a similitude é a tal ponto óbvia que dispensa outros comentários. Uma vez disponíveis outras datações, estou certo que este quadro ganhará em precisão, permitindo correspondências mais significantes entre momentos específicos da vida dos povoados «abertos» e das fortificações eventualmente contemporâneas.

Lisboa, Maio de 1989

REFERÊNCIAS

- Gonçalves, Victor, 1980, Dois novos ídolos tipo Moncarapacho, *Setúbal Arqueológica*, IV, 47-58, Setúbal, Assembleia Distrital
- Gonçalves, Victor S., 1989, *Megalitismo e Metalurgia no Alto Algarve Oriental, uma aproximação integrada*, 2 vols., Lisboa, UNIARCH/INIC
- Gonçalves, Victor S., e Manuel Calado, 1985-88, O povoamento pré-histórico de terras de Portel e Vidigueira, *ClioArqueologia* 2-3, Lisboa, UNIARQ/INIC
- Gonçalves, Victor S., e Rafael Alfenim, 1985-88, Os sítios calcolíticos do Monte da Mangancha, *ClioArqueologia* 2-3, Lisboa, UNIARQ/INIC

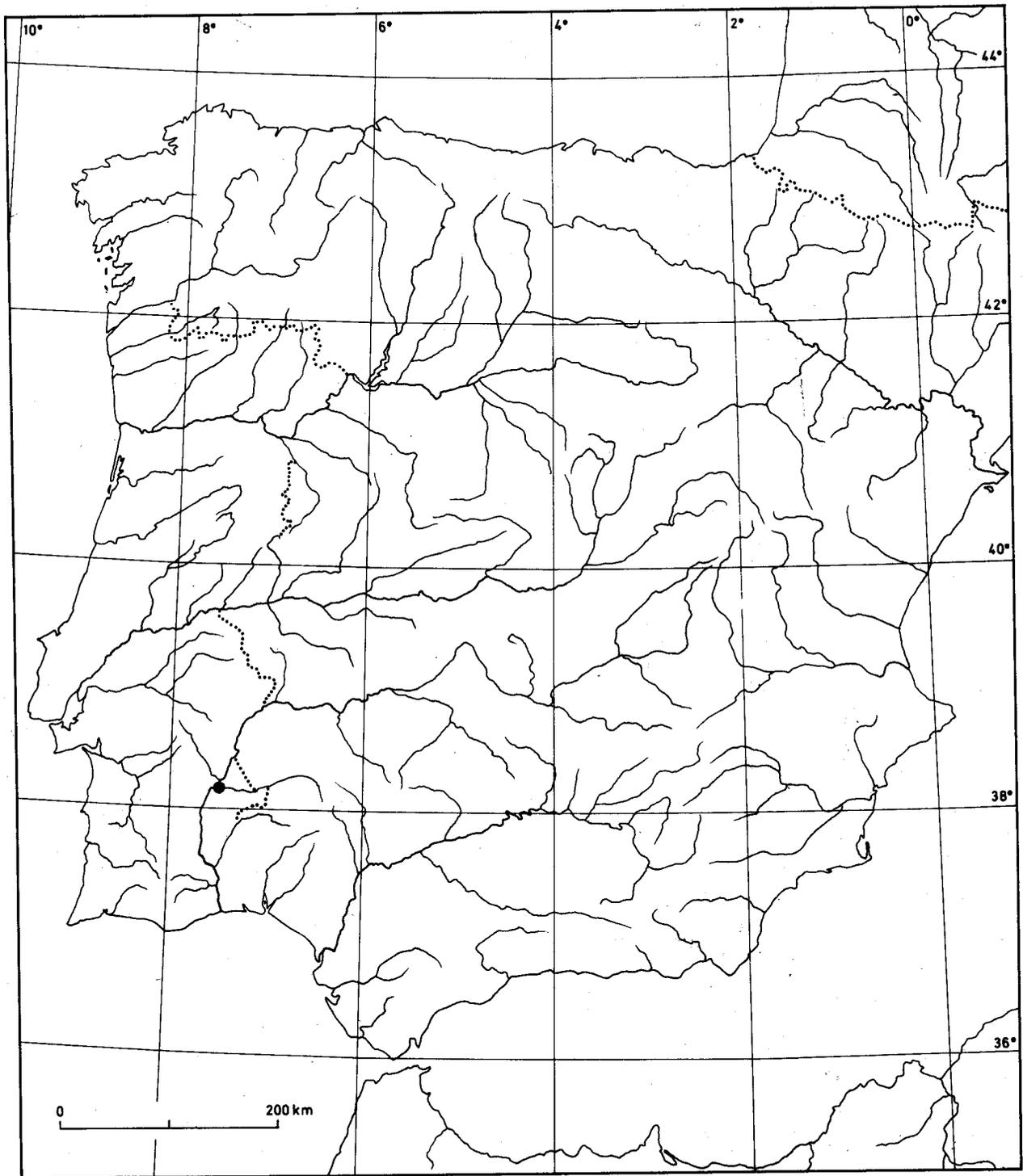


Fig. 1

Localização do povoado pré-histórico da Sala n.º 1 (Pedrógão, Vidigueira) na Península Ibérica.

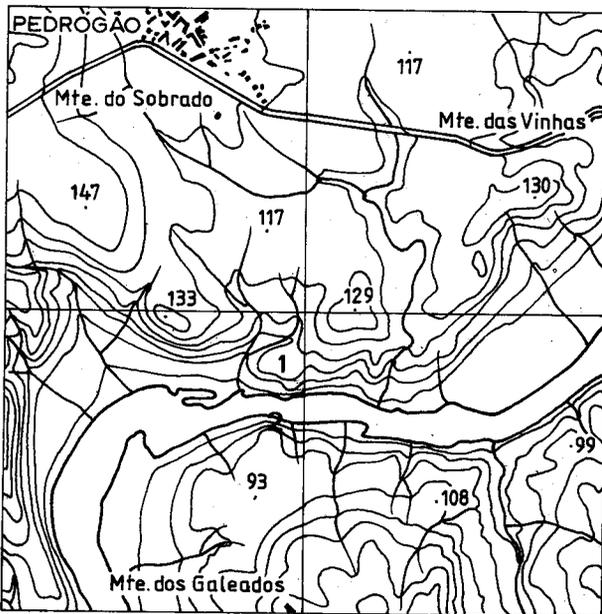
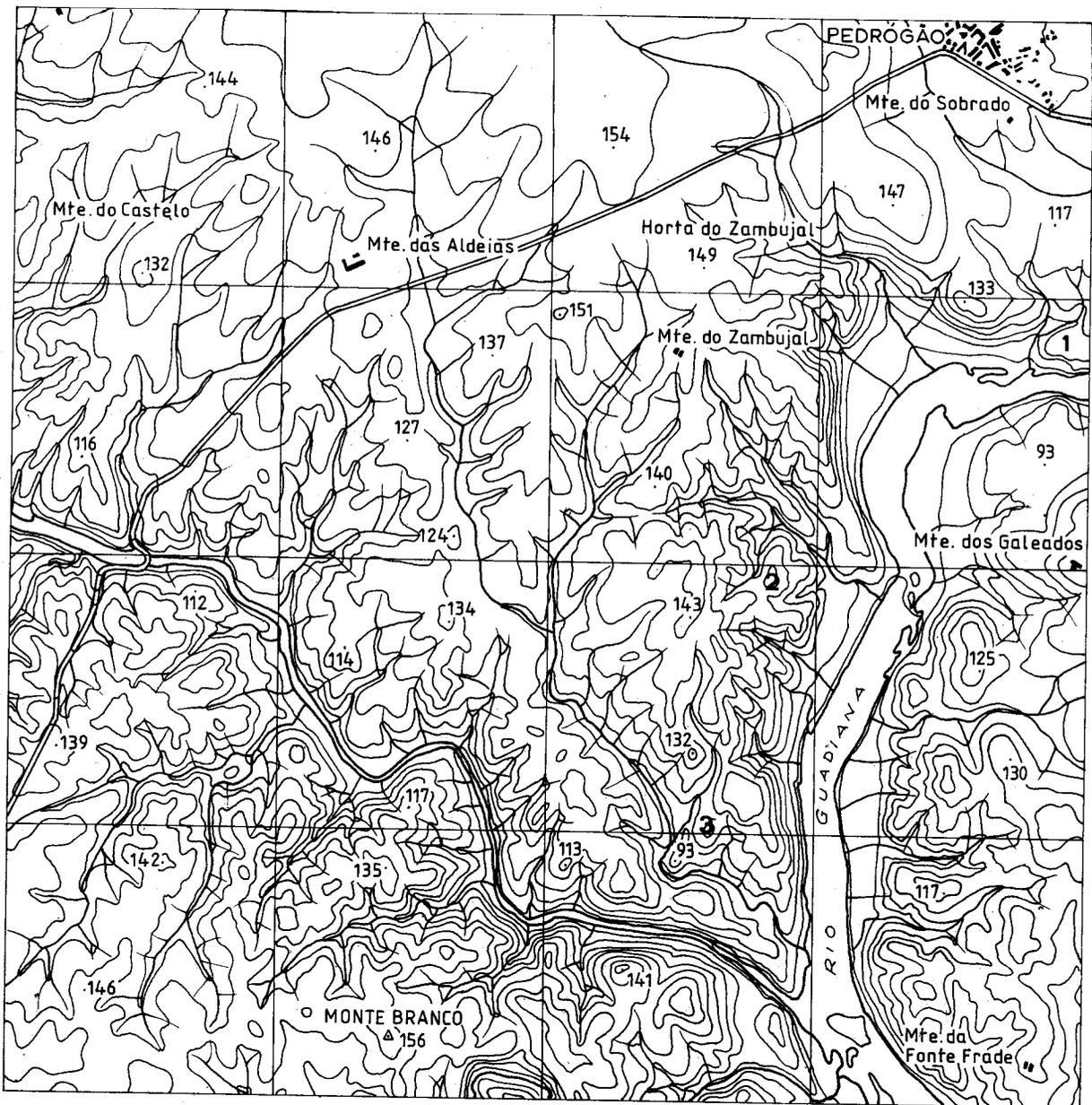


Fig. 2

(em cima). Parte do povoado da Sala n.º 1 (1), o povoado calcolítico provavelmente fortificado de S. Lourenço (2) e a necrópole megalítica do Outeiro das Sepulturas (3). (em baixo) A Sala n.º 1 (1) e a área da Toca da Galeana, ou Galeada (2). [Segundo Victor Gonçalves, 1989, vol. 1, Fig. 7.17.] O cabeço com a cota de 129 m, um dos terraços do Guadiana, seria a origem da matéria prima para a macro-indústria de seixos, alguns com talhe languedocense, recolhidos nos níveis calcolíticos.

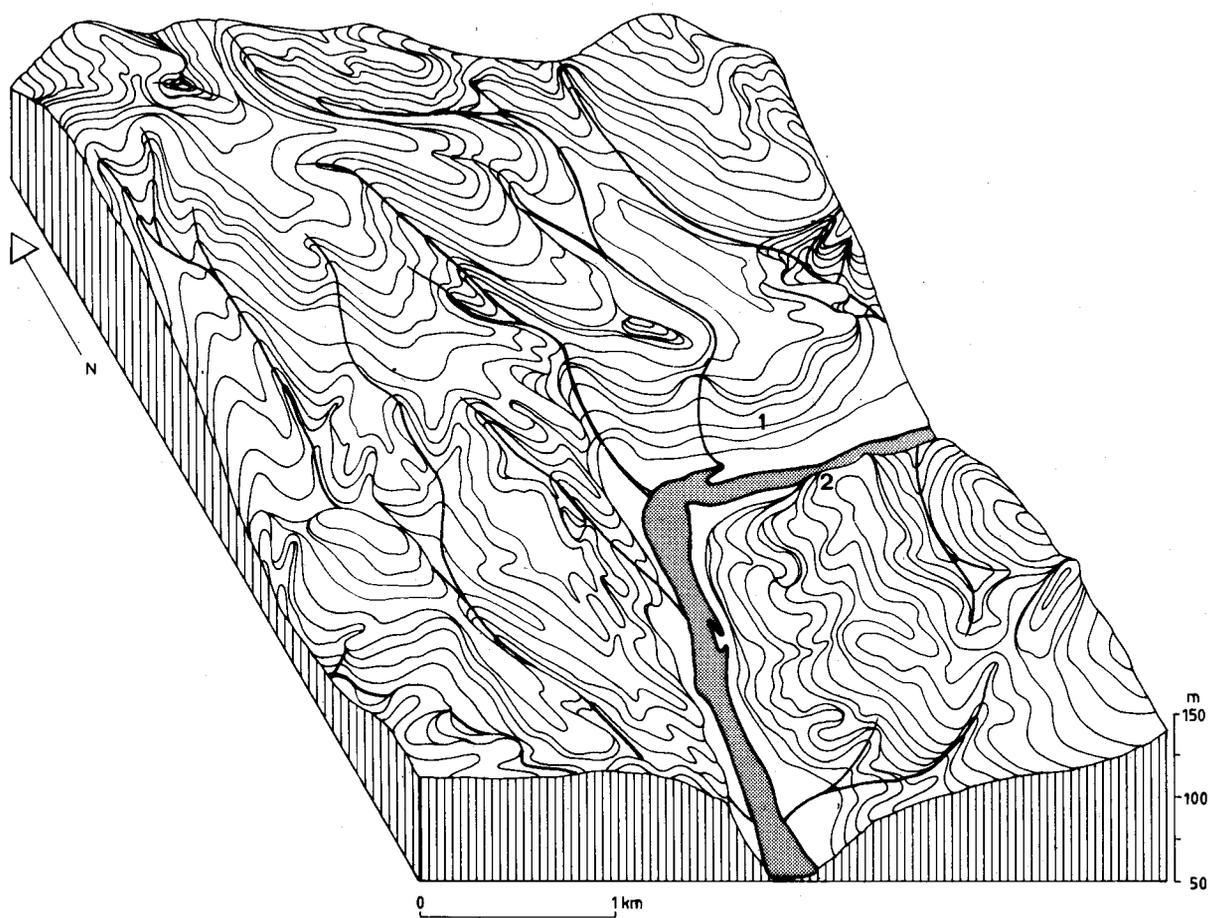


Fig. 3

Bloco diagrama. As áreas da Sala n.º 1 (1) e da Toca da Galeana (2), associadas a S. Lourenço, controlam uma extensa área do Guadiana, aquela que é hoje a mais piscosa da região. Afastando-nos do Guadiana, encontramos solos de boa capacidade agrícola, particularmente a pouca distância da Sala.

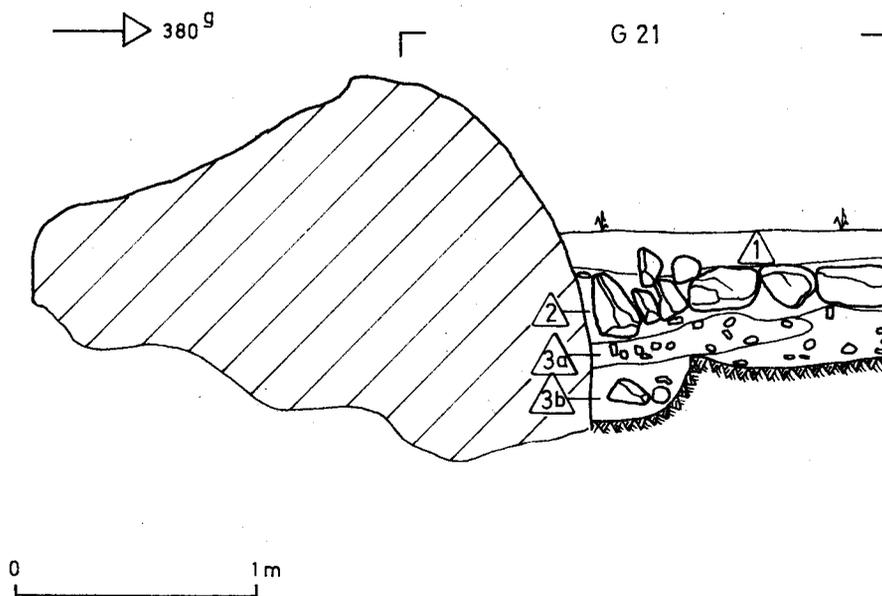
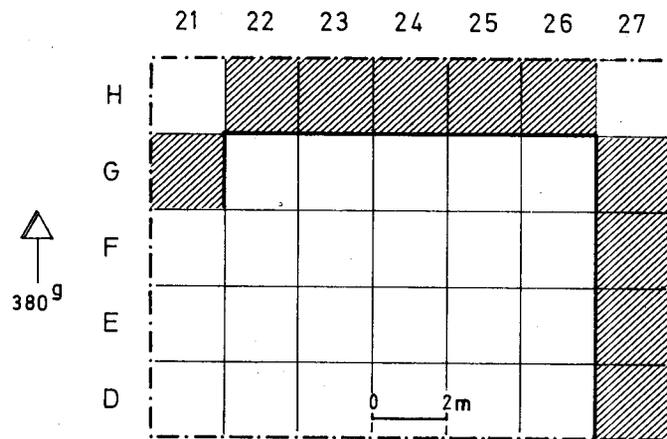


Fig. 4

(em cima) Plano e quadriculagem da área estudada. A frente Este do quadrado G21, a frente Sul dos quadrados H22 a 26 e a frente Oeste dos quadrados G a D27, constituiram as bases de uma primeira análise da sequência estratigráfica do sítio, após as limpezas de 1988, NO perfil de G21 (em baixo), o nível 3, em escavação, foi registado com uma subdivisão, por se ter reconhecido uma muito subtil variante de tonalidade, cuja explicação não foi encontrada.

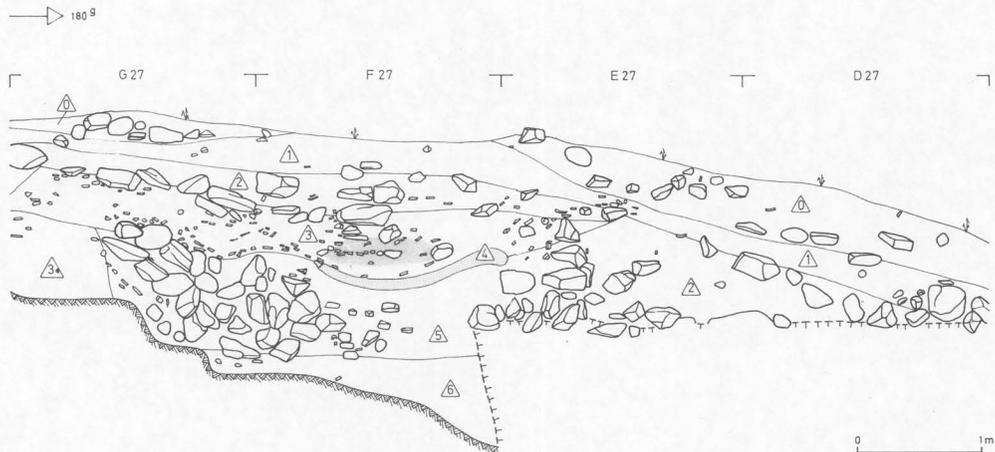
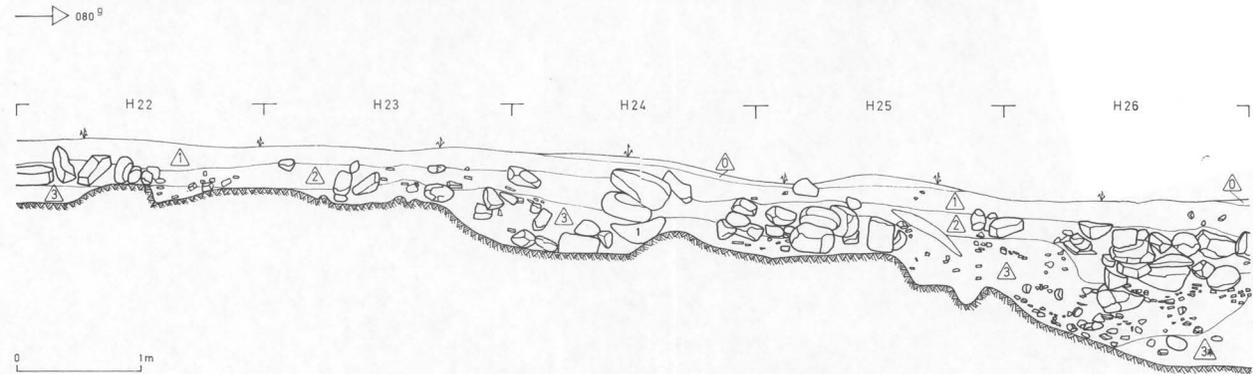


Fig. 5
 (em cima) Perfil na coordenada H, 22 a 26. O 1 não incluído em triângulo indica o dormitor H24-1. A especificação nível 3^a refere-se a uma área do nível 3^a onde se não encontrou qualquer material arqueológico. Uma análise mais fina de este sector é, obviamente, imprescindível.
 (em baixo) Perfil na coordenada 27 (G a D). Sublinha-se a espessura do nível 0, devido a se terem concentrado aqui terras de antigas violações, na sua maior parte contemporâneas da exploração do granito. Com traza escura está indicada a estrutura de combustão, com traza mais clara o derrube agrupado de «barro de cabanas». A indicação nível 3^a tem o mesmo significado registado a propósito do perfil anterior. A grande estrutura registada em G e F27 poderá eventualmente ter a ver com a de H27, constituindo assim parte de uma única estrutura. Mas esta interpretação só poderá ser confirmada em futuras campanhas.

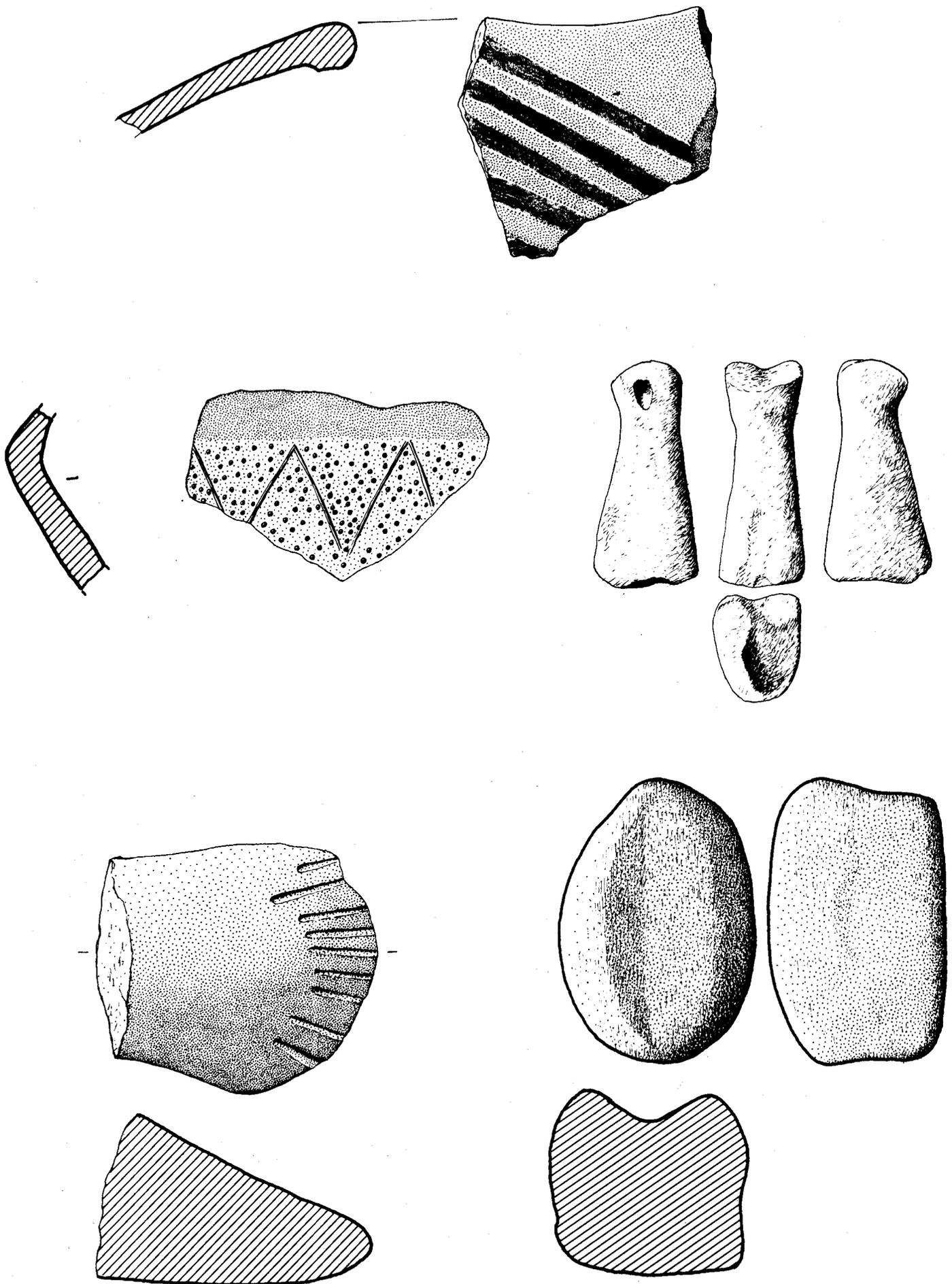


Fig. 6

Cerâmica pintada com bandas castanho avermelhado (nível 3); cerâmica com decoração simbólica; falange afeiçoada e polida (nível 3); pé, em terracota, com dedos múltiplos (nível 3?); polidor (de contas de colar?) recolhido à superfície. 1:1.

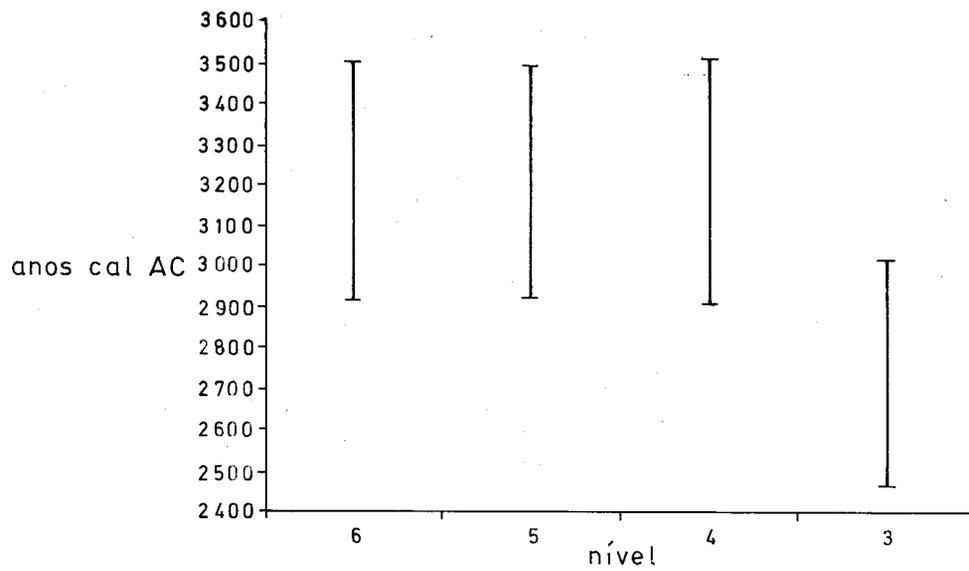
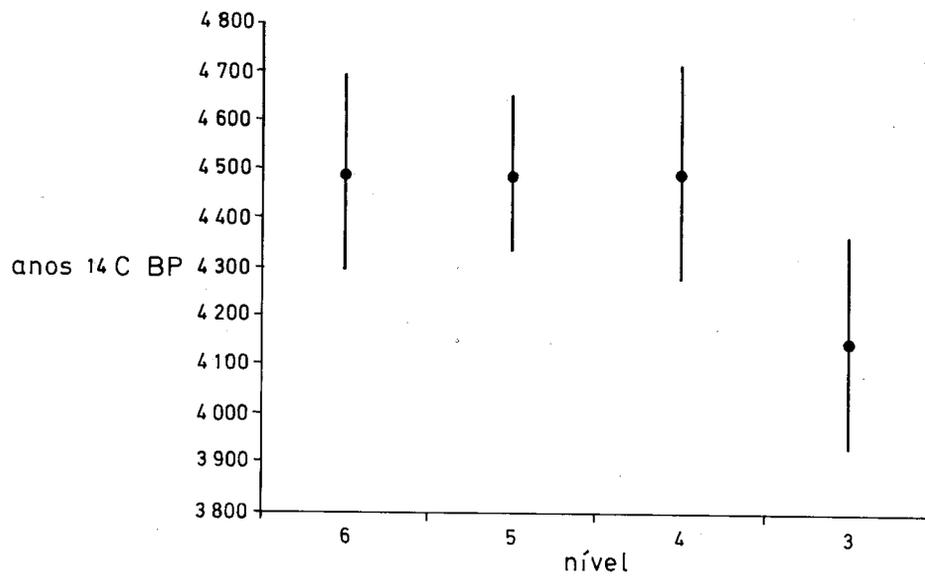
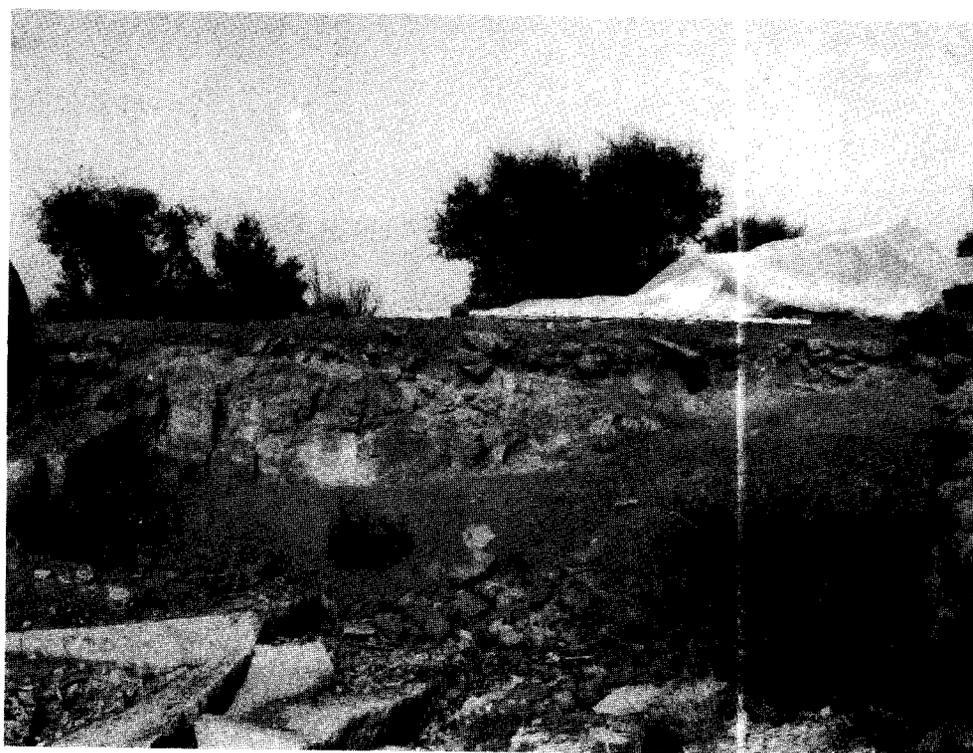


Fig. 7

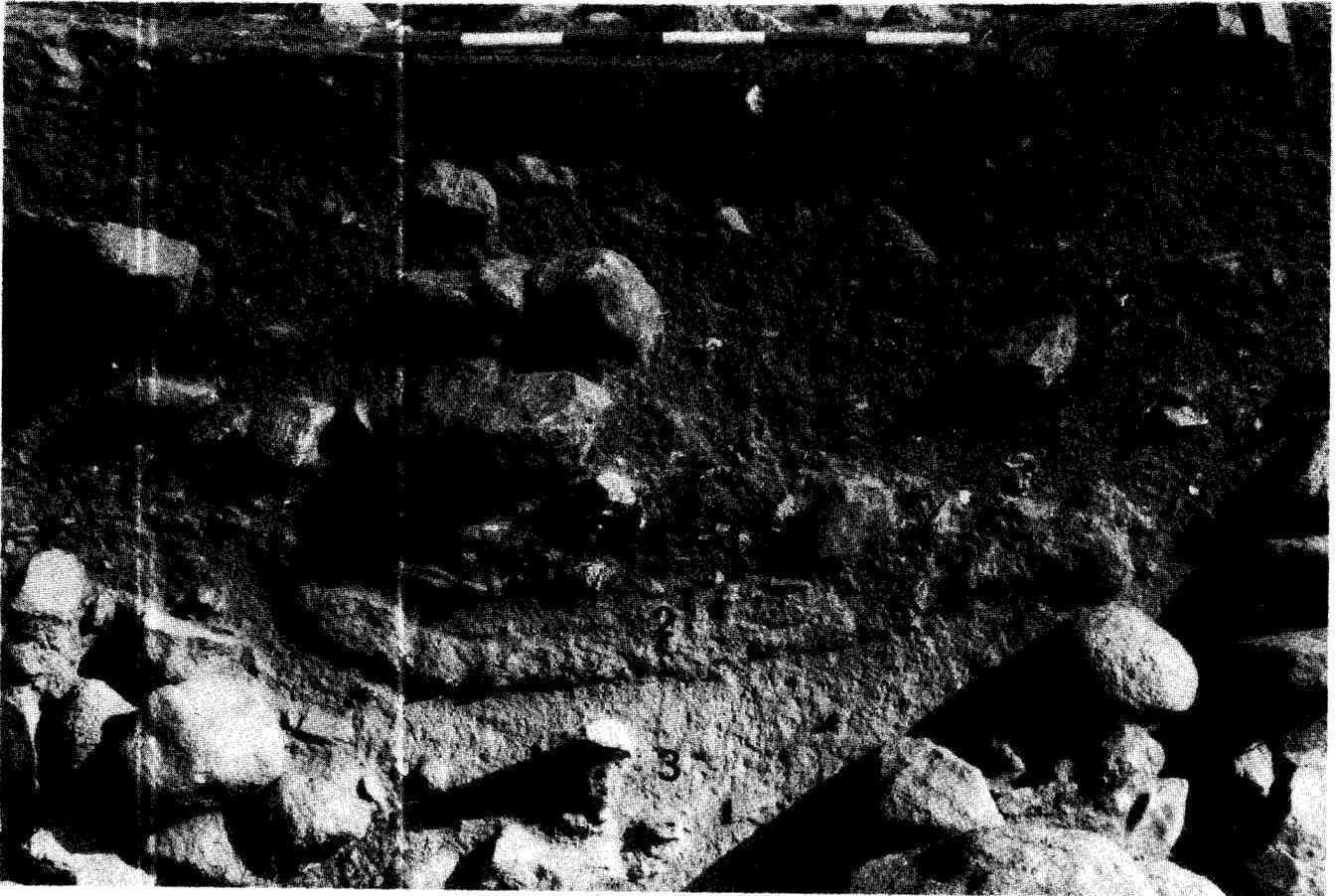
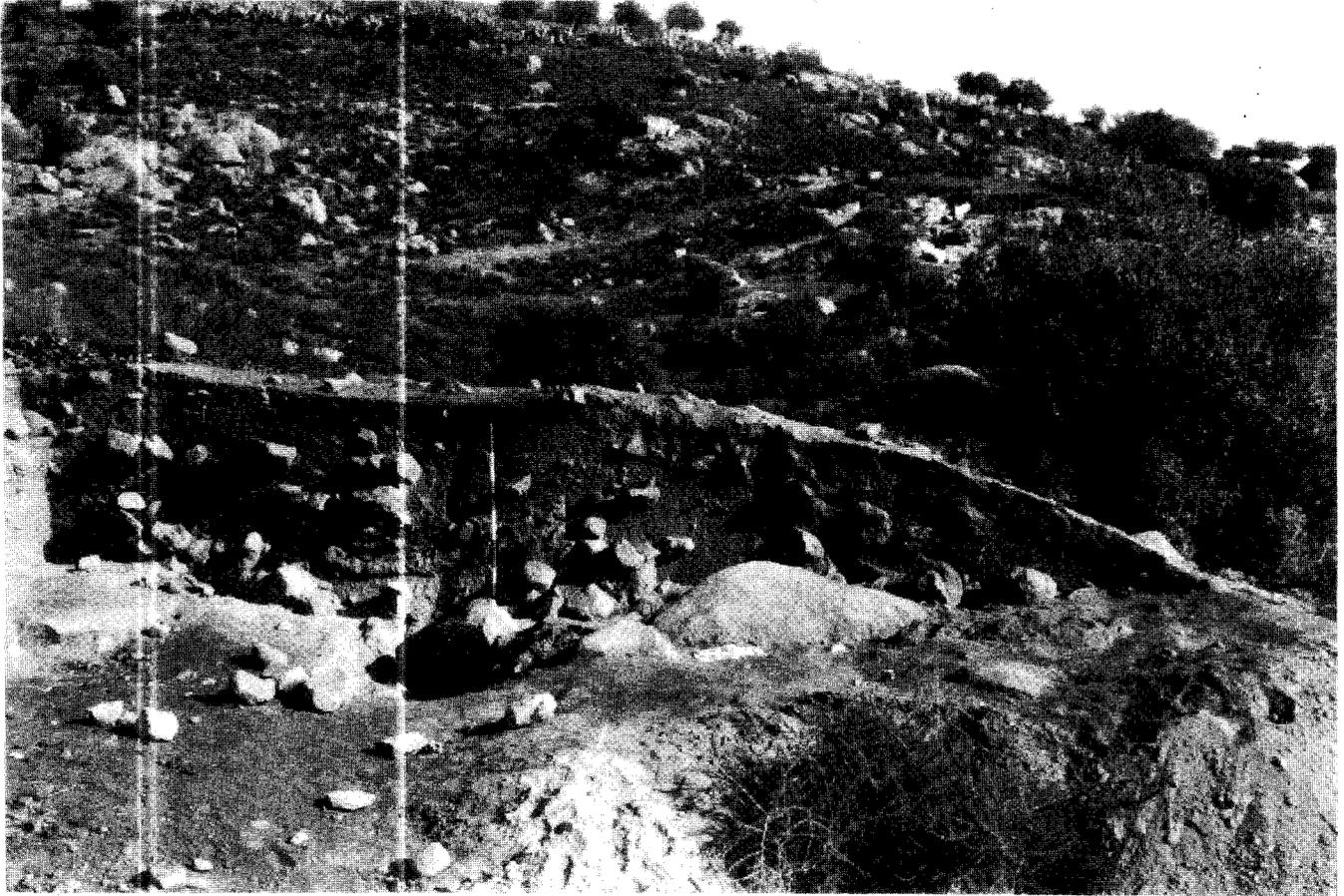
Representação gráfica das datações ^{14}C , em cima, em anos de carbono-14 com um intervalo de confiança a dois sigmas: em baixo, em anos calibrados pela curva de Pearson *et al.*, também a dois sigmas. É evidente a proximidade cronológica das ocupações traduzidas pela formação dos níveis 6 a 4 e a definição cronológica diferenciada do nível 3.



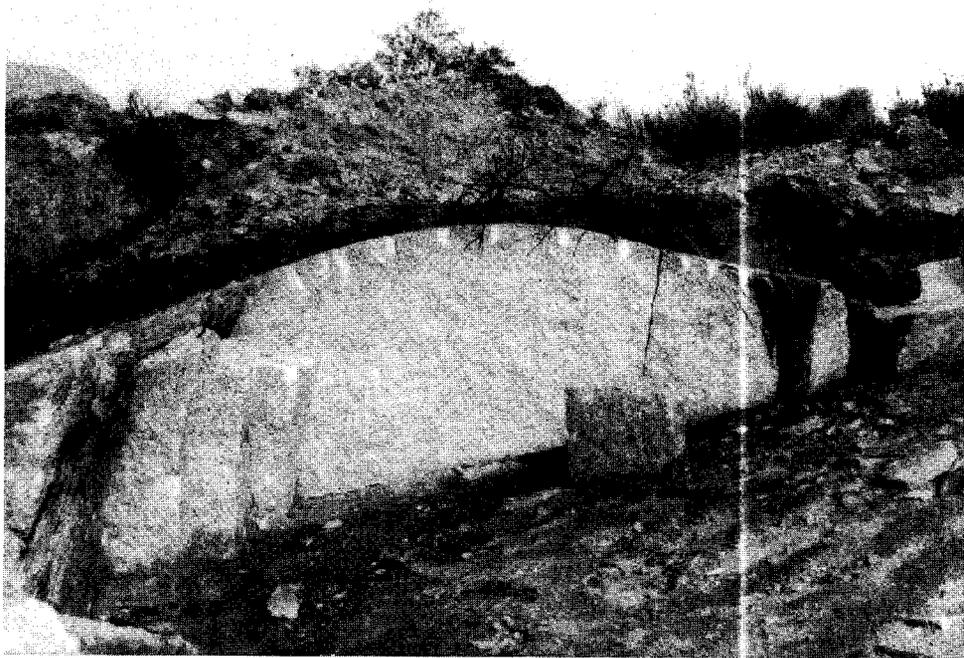
(em cima) Parte da Sala n.º 1 e do topo do cerro vistos da base do *locus 1*. (em baixo) O Guadiana, visto para jusante, a partir do *locus 1*. A capela de S. Lourenço marca o sítio do povoado calcolítico com o mesmo nome. O Cerro das Sepulturas é o último recortado no horizonte.



(em cima) O *locus 1*, antes da limpeza e escavação dos perfis. (em baixo) O mesmo lugar, logo após os trabalhos de 1988.



Perfil na coordenada 27, após escavação. Na foto de baixo é particularmente visível a estrutura de combustão (1), o derrube estruturado de barro de cabana (2) e o nível 5 (3). Fragmentos de recipientes cerâmicos, pesos de tear, fauna terrestre (ovicaprídeos, suídeos) e fluvial (vértebras de peixe) integravam as cinzas da estrutura de combustão, ao lado de outros artefactos relacionados com práticas mágico-religiosas.



Testemunhos da destruição sistemática pela exploração de granito (em cima) e pedra já parcialmente afeiçãoada (em baixo). Na imagem de cima vê-se claramente o monte de terras removidas que incluía dezenas de fragmentos cerâmicos, seixos tallados e artefactos de pedra polida. Na imagem de baixo, vê-se, ao fundo , o *locus* de S. Cornelho.